

Desempenho dos Bancos Comerciais Brasileiros, 1981 — 1986

RONALDO FIANI(*)

Resumo

Este texto examina o desempenho dos bancos comerciais brasileiros durante os anos 1981-1986, analisando as transformações na sua estrutura ativa e passiva, assim como a evolução da sua lucratividade. Esta análise distingue dois subgrupos: os bancos comerciais privados e oficiais, investigando as evidências em favor de diferentes padrões de comportamento para cada subgrupo.

Palavras-chave: história econômica, sistema financeiro, bancos comerciais, estrutura patrimonial, desempenho.

Abstract

This paper investigates the performance of the Brazilian Commercial Banks during the years 1981-1986, analysing the transformations in the structure of assets and liabilities and the evolution of their profitability. This analysis distinguishes two subgroups: the private and the official commercial banks, examining the evidence for different patterns of behaviour for each subgroup during the period.

Key words: economic history, financial system, commercial banks, patrimonial structure, performance.

Introdução

Este texto procura sintetizar algumas das principais tendências observadas na evolução dos bancos comerciais durante o período de 1981 a 1986. Para isto dividiu-se o setor bancos comerciais em dois subsectores: bancos comer-

O autor é economista do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional-IBRE/FGV.

(*) O autor agradece os comentários de Paulo Nogueira Batista Jr., Maria Silvia Bastos Marques e Valdir Ramalho, assim como o auxílio de Paulo Antônio de Castro, isentando-os, porém, de quaisquer erros e omissões que porventura permaneçam.

ciais privados e bancos comerciais oficiais. Os últimos excluem o Banco do Brasil e incluem os bancos estaduais, Banco da Amazônia S.A., Banco do Nordeste do Brasil e Banco de Roraima. A exclusão do Banco do Brasil se justifica pelo seu caráter misto de banco comercial e autoridade monetária, o que lhe confere um *status* peculiar. O curto período de tempo analisado iniciou com uma das mais profundas recessões da história brasileira (combinada com uma aceleração inflacionária até então sem precedentes), finalizando com uma experiência de desindexação inédita em fevereiro de 1986 (ano em que o PIB cresceu, segundo as primeiras avaliações do IBGE, 8,2% a.a., um valor acima da média histórica de 7% a.a.). Daí o interesse particular que esse período desperta.

Tais transformações acarretaram variações concomitantes na liquidez, que juntamente com as oscilações do nível de atividade e da taxa de inflação afetaram diretamente a gestão bancária. Estas flutuações, tão acentuadas na liquidez real, nas taxas de inflação e no nível de atividade, repercutem tanto na estrutura ativa quanto passiva dos bancos, influenciando seu resultado contábil.

Este trabalho se dividirá em quatro seções: na primeira investigaremos as transformações na estrutura ativa dos bancos e na segunda trataremos da estrutura passiva. Em seguida confrontaremos as conclusões da primeira e segunda seções com os dados sobre a lucratividade dos bancos. Para finalizar teceremos algumas considerações de caráter geral sobre as principais tendências analisadas.

1. Estrutura Ativa

O principal ativo com que operam os bancos comerciais são seus empréstimos. Um indicador convencional da capacidade potencial que os bancos possuem para emprestar é dada pela relação efetiva entre encaixe total e depósitos. Por encaixe total entenda-se o encaixe voluntário (caixa, depósitos no Banco do Brasil e Letras do Tesouro Nacional) mais o encaixe compulsório ou reserva bancária (em moeda, Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e Letras do Tesouro Nacional). Esta relação encontra-se na tabela 1, que fornece a média trimestral do encaixe e dos depósitos à vista, assim como a relação encaixe/depósitos em percentual. Esta relação (efetiva) não deve ser confundida com a relação encaixe/depósitos fixada pelo Banco Central de acordo com suas metas de política monetária. Com efeito, a relação efetiva encaixe/depósitos é influenciada não somente pela relação encaixe/depósitos fixada pelo BACEN, como também por um conjunto de outros fatores, entre eles o desejo do público de reter moeda sob a forma de depósitos à vista, o nível de encaixe

TABELA 1

MÉDIA TRIMESTRAL DO ENCAIXE E DOS DEPÓSITOS À VISTA
E A RELAÇÃO PERCENTUAL ENCAIXE/DEPÓSITOS

Período (Trim.)	Encaixe	Depósitos À Vista Trimestre	Encaixe/ Depósitos (%)
1981			
I	338	832	40,7
II	368	974	37,8
III	453	1.073	42,2
IV	564	1.452	38,9
Média Anual			39,9
1982			
I	639	1.562	40,9
II	738	1.819	40,6
III	795	2.021	39,4
IV	931	2.453	37,9
Média Anual			39,7
1983			
I	1.180	2.692	43,8
II	1.250	3.056	40,9
III	1.526	3.641	41,9
IV	1.718	4.678	36,7
Média Anual			40,8
1984			
I	2.292	6.112	37,5
II	2.929	7.816	37,5
III	4.055	9.780	41,5
IV	7.452	13.861	53,8
Média Anual			42,6
1985			
I	11.921	17.263	69,1
II	13.887	24.125	57,6
III	16.588	35.332	46,9
IV	19.787	55.404	35,7
Média Anual			52,3
1986			
I	28.021	93.412	30,0
II	61.074	187.588	32,6
III	84.268	230.507	36,6
IV	100.774	270.346	37,3
Média Anual			34,1

Fonte: Banco Central do Brasil.

voluntário que os bancos comerciais julgam adequado manter em função de suas necessidades de compensação ou de sua política de crédito etc.

A relação encaixe/depósitos nos fornece, contudo, um indicador tradicional a respeito de uma das fontes de fundos subjacentes à oferta de crédito bancário (uma outra fonte seria a emissão de certificados de depósitos). Uma relação encaixe/depósitos mais elevada significa, em geral, uma menor utilização do recurso mais barato à disposição dos bancos comerciais: os depósitos à vista (esta menor utilização pode ocorrer por diversos motivos: uma política monetária mais restritiva por parte do Banco Central, menor desejo do público de reter moeda frente à aceleração da taxa de inflação, maior preferência dos bancos por liquidez em detrimento de maior rentabilidade etc.).

Se tomarmos as médias anuais da relação encaixe/depósito (em porcentagem) veremos que a mesma cresce em 1983, 1984, 1985 para decrescer em 1986. Isto significa que no aprofundamento da recessão, assim como no início da recuperação, os bancos viram limitado seu acesso aos depósitos à vista como base de expansão do crédito (voluntária ou involuntariamente), quando comparado com o início da recessão (1981 e 1982) e com o ano do Plano Cruzado (1986). Como veremos mais adiante, ao longo de todo este período (exceto 1986 quando houve forte impacto de monetização), além da redução na disponibilidade de depósitos à vista como base de expansão de crédito, verificou-se, concomitantemente, uma redução significativa na participação dos depósitos à vista no passivo total dos bancos.

Viu-se então que a disponibilidade de depósitos à vista como base de expansão do crédito reduziu-se durante o período. A questão que agora se coloca é qual teria sido o comportamento (retratado na tabela 2) da oferta de crédito dos bancos comerciais no mesmo período.

Com fins meramente ilustrativos, calculou-se a correlação entre os dados das tabelas 1 e 2, o índice geral de crédito dos bancos comerciais e a relação encaixe/depósitos, para o período em que ocorre a retomada do crescimento no volume dos empréstimos em termos reais (do terceiro trimestre de 1984 ao último trimestre de 1986). No período compreendido entre 1982 e 1983 a quase estabilidade do índice real de operações de crédito impede que se obtenha qualquer correlação significativa, consequência do caráter recessivo do período.

Simultaneamente calculou-se a correlação entre o índice real de operações de crédito e o índice de certificados de depósito emitidos pelos bancos comerciais, procedendo-se, neste caso, a distinção entre oficiais (públicos) e privados. Buscou-se assim ilustrar uma característica marcante do setor que tem sido o progressivo abandono da forma tradicional de atuação no mercado de crédito, em que o banco comercial ajustava a oferta de crédito passivamente em função da proporção de seu encaixe em relação a seus depósitos à vista.

TABELA 2
OPERAÇÕES DE CRÉDITO
BANCOS COMERCIAIS OFICIAIS E PRIVADOS
 (base: 1º Trimestre de 1981 = 100)

Período (Trim.)	Total Índice Real	Bancos Comerciais Oficiais Índice Real	Bancos Comerciais Privados Índice Real
1981			
I	100,0	100,0	100,0
II	102,0	101,5	102,4
III	105,9	105,5	106,2
IV	112,4	113,1	111,9
Média Anual	105,1	105,0	105,1
1982			
I	112,5	114,1	111,1
II	113,6	116,2	111,4
III	113,4	117,2	110,4
IV	119,9	125,8	115,2
Média Anual	114,9	118,3	112,0
1983			
I	122,5	126,5	119,2
II	122,0	126,6	118,3
III	111,3	115,9	107,6
IV	105,2	109,8	101,4
Média Anual	115,3	119,7	111,6
1984			
I	107,2	118,8	98,1
II	107,4	119,6	97,9
III	104,9	113,0	98,5
IV	107,8	113,9	102,9
Média Anual	106,8	116,3	99,4
1985			
I	108,5	115,0	103,3
II	115,5	122,9	109,5
III	118,2	124,7	112,9
IV	118,2	125,2	112,4
Média Anual	115,1	122,0	109,5
1986			
I	123,3	130,5	117,3
II	130,7	132,3	129,0
III	155,1	151,0	157,6
IV	177,8	163,4	187,7
Média Anual	146,7	144,3	147,9

Nota: Deflacionada pelo IGP-DI (FGV).

Fontes: Banco Central do Brasil e Fundação Getúlio Vargas.

Ao invés do ajustamento passivo da oferta de crédito, os bancos vêm utilizando uma estratégia mais ativa, conhecida como *liability management* (uma análise anterior desta estratégia encontra-se em BRITO & FRANCO, 1981). Esta estratégia consiste em oferecer certificados de depósitos a taxas de juros competitivas, como forma de prover fundos às operações de crédito dos bancos comerciais. Tal estratégia se viabiliza a partir do desenvolvimento de um mercado secundário de certificados de depósito, mercado este que proporciona liquidez a estes passivos bancários. Os dados referentes ao índice real de certificados de depósito, extraídos do passivo dos bancos, encontram-se na tabela 3.

Os resultados das várias correlações encontram-se na tabela 4. Para o cálculo da correlação entre o volume de certificados de depósito e as operações de crédito, assim como da correlação entre a relação encaixe/depósitos à vista e o total das operações de crédito, tomou-se as respectivas séries a partir do primeiro trimestre de 1984, quando se manifesta o crescimento da oferta de crédito dos bancos privados.

Os resultados da tabela 4 ilustram a tese do *liability management*. Enquanto encontramos coeficientes de correlação próximos da unidade e significativos com 95% de confiança no caso dos certificados de depósito e operações de crédito, no caso da relação encaixe/depósitos e operações de crédito, o coeficiente de Spearman indica correlação fraca (-0,544) e não permite rejeitar a hipótese nula. Tal resultado, entretanto, deve ser qualificado. A relação encaixe/depósitos à vista terá maior ou menor influência sobre a oferta de crédito conforme seja menor ou maior a capacidade dos bancos de colocar seus títulos, o que oscila de acordo com as expectativas do público sobre a estabilidade do sistema. O que ocorre é que o sistema ganha um grau a mais de liberdade através do *liability management*, uma estratégia oportuna que não é abandonada mesmo em momentos de monetização, como em 1986 (ano do Plano Cruzado).

Do que foi discutido aqui ficou implícito que a oferta de crédito atravessou dois momentos distintos: o primeiro que vai do início de 1982 até meados de 1984, caracterizado pela oscilação em torno da estagnação; o segundo, a partir daí, de forte ascensão. A questão que se coloca agora é a do comportamento da distribuição do crédito entre seus tomadores finais, notadamente o setor público e privado, assunto que veremos a seguir.

Na tabela 5 e no gráfico 1 tem-se a participação dos bancos comerciais (subdividida em bancos do governo e privados) no total dos empréstimos do Sistema Financeiro ao Setor Privado.

É fácil verificar que há uma ligeira tendência de elevação da participação dos bancos comerciais nos empréstimos do Sistema Financeiro ao Setor Privado, malgrado suas eventuais flutuações. Também percebe-se com nitidez

TABELA 3

BANCOS COMERCIAIS OFICIAIS E PRIVADOS
 ÍNDICE REAL DE DEPÓSITOS A PRAZO
 (base: 1º Trimestre de 1981 = 100)

Período	Bancos Comerciais Oficiais	Bancos Comerciais Privados	Total
1981 - 1º Trim.	100,0	100,0	100,0
2º Trim.	96,9	103,6	102,4
3º Trim.	117,3	107,0	108,8
4º Trim.	126,6	113,4	115,8
1982 - 1º Trim.	145,9	126,6	130,1
2º Trim.	170,1	140,0	145,4
3º Trim.	189,1	138,7	147,7
4º Trim.	203,8	148,5	158,4
1983 - 1º Trim.	197,9	150,8	159,2
2º Trim.	194,8	160,0	166,3
3º Trim.	200,4	151,5	160,3
4º Trim.	208,0	163,7	171,6
1984 - 1º Trim.	205,6	201,1	201,9
2º Trim.	223,3	224,9	224,6
3º Trim.	259,6	252,4	253,7
4º Trim.	271,6	275,5	274,8
1985 - 1º Trim.	292,5	300,9	299,4
2º Trim.	347,7	333,9	336,4
3º Trim.	396,0	352,8	360,5
4º Trim.	433,3	328,1	347,0
1986 - 1º Trim.	458,1	358,7	376,6
2º Trim.	421,8	349,2	362,2
3º Trim.	488,5	460,3	465,4
4º Trim.	633,3	657,7	653,4

Nota: Deflacionado pelo IGP-DI.

Fonte: Banco Central do Brasil.

TABELA 4

COEFICIENTES DE CORRELAÇÃO

Bancos Comerciais	Coeficientes de Correlação (Spearman)	Probabilidade Coeficiente sob Hipótese nula
Certificado de Depósito/ Operações de Crédito	0,97023	0,0001
Encaixe/Depósito à vista/ Operações de Crédito	-0,54386	0,0676

Fonte: Tabelas 3 e 5.

que este aumento na participação pode ser totalmente atribuído aos bancos comerciais privados, já que os bancos comerciais oficiais reduziram continuamente sua participação nos empréstimos do Sistema Financeiro ao Setor Privado a partir do quarto trimestre de 1982. Esta tendência divergente se confirma quando analisamos a distribuição das operações de crédito dos bancos comerciais privados e oficiais (tabelas 6 e 7, gráficos 2 e 3).

Com efeito, embora o valor total das operações de crédito em termos reais não tenha praticamente se alterado entre o início de 1982 e meados de 1984, como vimos anteriormente, a distribuição das operações de crédito entre os setores governamental e privado não financeiros sofreram alterações significativas, tanto no caso dos bancos comerciais privados como oficiais.

No caso dos bancos comerciais privados, embora os créditos concedidos ao setor privado predominem ao longo de todo o período (1981 a 1986), há uma nítida tendência de incremento na participação dos créditos ao setor governo: esta passa de 10,2% no primeiro trimestre de 1981 para 31,8% no primeiro trimestre de 1984. A partir de então a tendência se reverte, com a participação das operações de crédito ao setor governamental não financeiro declinando até atingir 18,1%, em fins de 1986.

Também no caso dos bancos comerciais oficiais verifica-se uma tendência de avanço e depois recuo na participação dos créditos ao governo, porém esta tendência é muito mais pronunciada. Com efeito, embora no primeiro trimestre de 1981 haja uma ligeira predominância dos créditos ao setor privado

TABELA 5

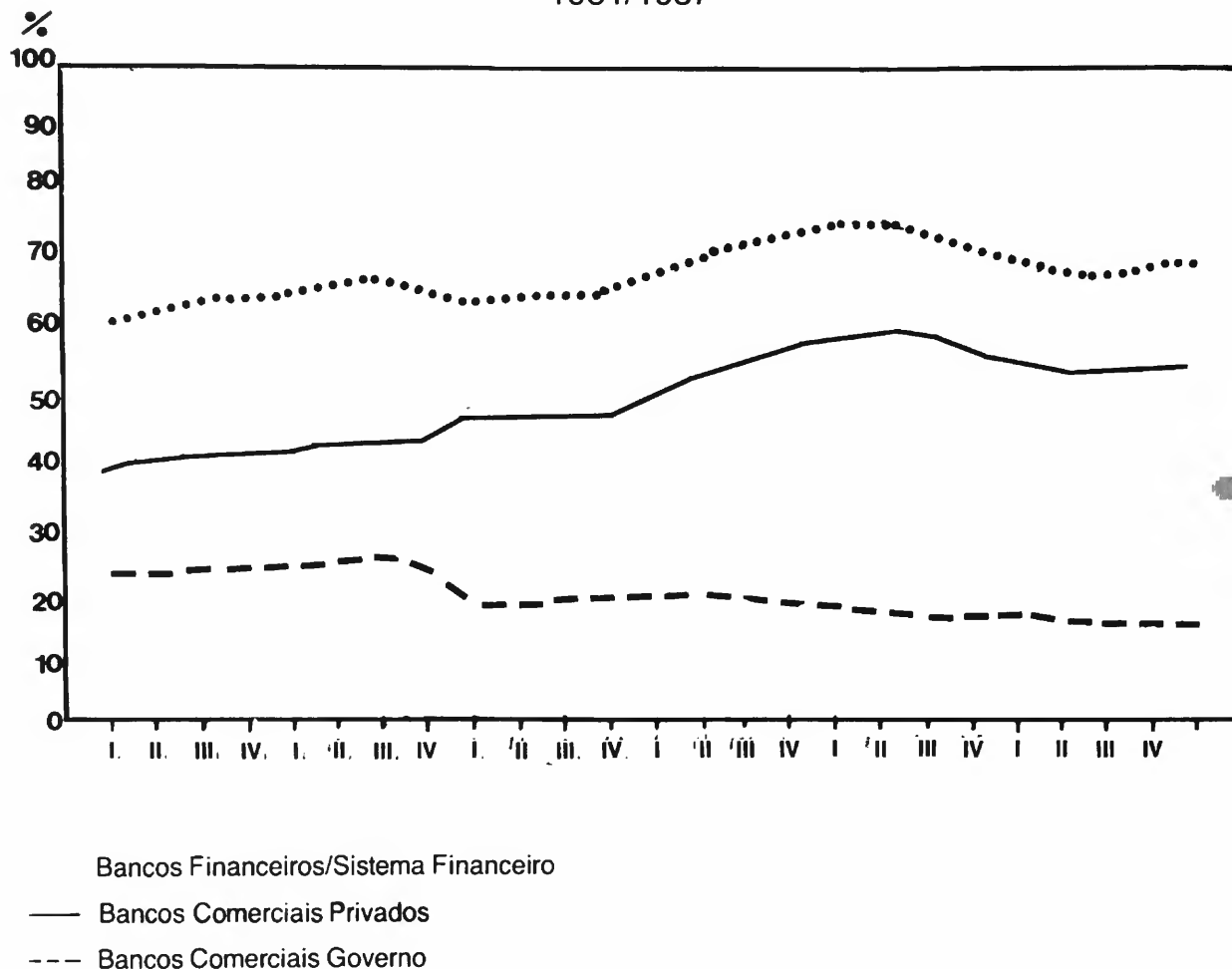
EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO AO SETOR PRIVADO
POR EMPRESTADORES FINAIS

Período	Bancos Comerciais		Bancos Comerciais		Total Bancos Comerciais	Bancos Comerciais		Total Geral
	Gov. Federal	(%)	Privados	(%)		Sistema Financeiro	(%)	
1981 –	1º Trim.	703	22,2	1.209	38,2	1.912	60,5	3.161
	2º Trim.	850	22,9	1.486	40,4	2.337	62,9	3.714
	3º Trim.	1.031	23,5	1.779	40,6	2.810	64,1	4.380
	4º Trim.	1.227	23,6	2.135	41,0	3.362	64,5	5.210
1982 –	1º Trim.	1.472	24,5	2.491	41,5	3.962	66,0	5.998
	2º Trim.	1.780	25,2	3.014	42,6	4.794	67,8	7.067
	3º Trim.	2.134	26,0	3.510	42,7	5.644	68,7	8.220
	4º Trim.	2.189	23,4	3.994	43,0	6.183	66,4	9.298
1983 –	1º Trim.	1.756	17,8	4.607	46,8	6.363	64,6	9.836
	2º Trim.	2.151	18,1	5.612	47,2	7.764	65,2	11.916
	3º Trim.	2.603	18,4	6.641	46,9	9.244	65,2	14.171
	4º Trim.	3.268	18,5	8.316	47,2	11.584	65,7	17.639
1984 –	1º Trim.	4.123	19,0	10.779	49,7	14.903	68,6	21.682
	2º Trim.	5.387	19,0	15.069	53,0	20.456	72,1	28.406
	3º Trim.	6.787	18,3	20.283	54,6	27.070	72,9	37.094
	4º Trim.	8.987	17,6	29.307	56,9	38.294	74,5	51.479
1985 –	1º Trim.	11.760	17,3	40.366	59,3	52.127	76,5	68.039
	2º Trim.	15.884	16,8	57.047	60,0	72.932	76,8	95.188
	3º Trim.	20.348	15,5	77.517	59,3	97.865	74,9	130.666
	4º Trim.	30.123	16,1	106.031	56,8	136.154	72,8	187.302
1986 –	1º Trim.	44.057	16,1	152.084	55,5	196.141	71,6	274.294
	2º Trim.	54.059	15,3	187.513	53,0	241.572	68,3	354.036
	3º Trim.	65.721	14,8	241.430	54,1	307.150	68,8	445.865
	4º Trim.	86.075	15,0	316.337	55,1	402.412	70,1	573.880
1987 –	1º Trim.	98.090	15,3	349.891	54,8	447.980	70,1	639.062

Fonte: Banco Central do Brasil, Boletim Mensal.

GRÁFICO 1

EMPRÉSTIMOS DO SISTEMA FINANCEIRO AO SETOR
PRIVADO POR EMPRESTADORES FINAIS
1981/1987



não financeiro frente ao setor governamental não financeiro (51,8% contra 48,1%), no terceiro trimestre do mesmo ano a tendência se inverte: os créditos ao setor governamental não financeiro passam a 51,0% do total, enquanto os créditos ao setor privado não financeiro caem a 49,0% do total. A partir daí a participação do setor governamental não financeiro cresce, não obstante algumas oscilações, até atingir o percentual expressivo de 68,5%, quando a tendência se reverte, decrescendo a participação dos créditos ao governo a 49,0% do total em fins de 1986, momento em que voltam a predominar os créditos ao setor privado não financeiro.

Conclui-se, então, que à estagnação no volume real de crédito correspondeu um aumento na participação dos créditos ao governo, aumento este que foi extremamente significativo no caso dos bancos comerciais oficiais.

TABELA 6
BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS
 (Operações de Crédito – Cz\$ milhões)

Período (Trim.)	Setor Financeiro		Setor Governo Não Financeiro		Setor Privado Não Financeiro		Total Geral		
	Valor	°.	Valor	°.	Valor				
1981									
I	4	0,4	116	10,2	1.019	89,5	1.139	100	
II	4	0,3	158	11,3	1.237	88,4	1.399	100	
III	3	0,2	222	13,1	1.475	86,8	1.700	100	
IV	5	0,2	290	14,0	1.774	85,7	2.069	100	
Média Anual	4	0,3	197	12,5	1.376	87,3	1.577	100	
1982									
I	4	0,2	376	15,4	2.060	84,4	2.440	100	
II	5	0,2	468	15,9	2.475	84,0	2.948	100	
III	9	0,3	583	16,7	2.900	83,0	3.492	100	
IV	13	0,3	744	17,7	3.444	82,0	4.201	100	
Média Anual	8	0,2	543	16,6	2.720	83,2	3.270	100	
1983									
I	20	0,4	1.113	20,6	4.272	79,0	5.405	100	
II	58	0,8	1.803	26,0	5.065	73,1	6.926	100	
III	106	1,2	2.668	30,5	5.986	68,3	8.760	100	
IV	143	1,3	3.567	31,6	7.587	67,2	11.297	100	
Média Anual	82	1,0	2.288	28,3	5.728	70,7	8.097	100	
1984									
I	176	1,2	4.591	31,8	9.690	67,0	14.457	100	
II	220	1,2	5.961	31,5	12.757	67,4	18.938	100	
III	237	0,9	7.980	31,4	17.175	67,6	25.392	100	
IV	413	1,1	10.561	29,1	25.367	69,8	36.341	100	
Média Anual	262	1,1	7.273	30,6	16.247	68,3	23.782	100	
1985									
I	692	1,4	14.092	28,0	35.584	70,6	50.368	100	
II	419	0,6	19.393	28,1	49.089	71,2	68.901	100	
III	576	0,6	24.833	26,4	68.520	72,9	93.929	100	
IV	1.158	0,9	31.620	24,4	96.640	74,7	129.418	100	
Média Anual	711	0,8	22.485	26,3	62.458	72,9	85.654	100	
1986									
I	2726	1,5	43.698	23,8	137.310	74,7	183.734	100	
II	2.520	1,2	45.773	21,0	169.947	77,9	218.240	100	
III	3.832	1,4	46.565	17,1	222.553	81,5	272.950	100	
IV	6.360	1,7	49.644	13,2	301.358	80,1	376.148	100	
Média Anual	3.860	1,5	46.420	17,7	207.792	79,1	262.768	100	

Fonte: Banco Central do Brasil.

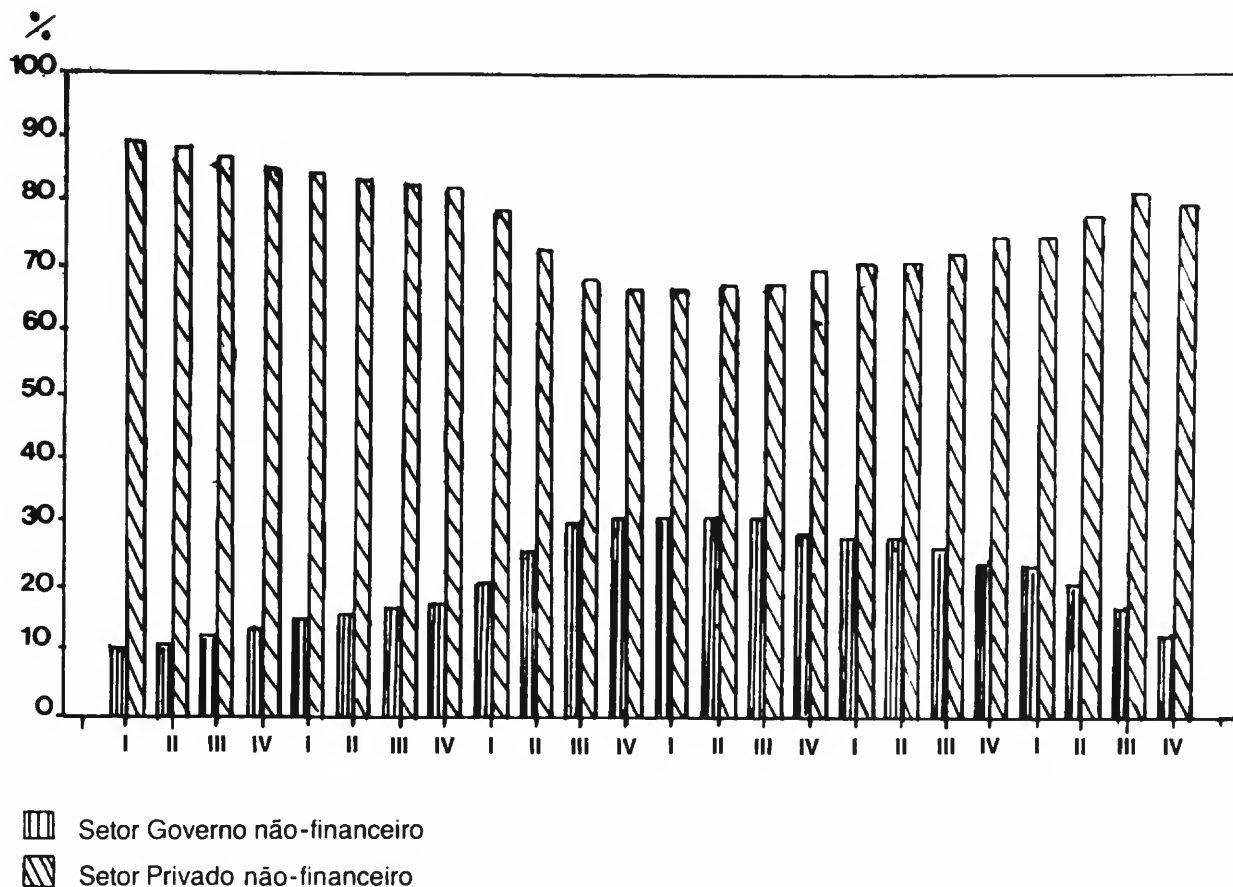
TABELA 7
BANCOS COMERCIAIS OFICIAIS
 (Operações de Crédito – Cz\$ milhões)

Período (Trim.)	Setor Financeiro		Setor Governo Não Financeiro		Setor Privado Não Financeiro		Total Geral	%
	Valor	°o	Valor	°o	Valor	°o		
	<hr/>							
1981								
I	1	0,1	419	48,1	451	51,8	871	100
II	1	0,1	527	49,7	532	50,2	1.060	100
III	1	0,1	658	51,0	632	49,0	1.291	100
IV	1	0,1	857	53,7	739	46,3	1.597	100
Média Anual	1	0,1	615	51,1	589	48,8	1.205	100
1982								
I	1	0,1	1.046	54,7	866	45,3	1.913	100
II	2	0,1	1.295	55,2	1.049	44,7	2.346	100
III	4	0,1	1.573	55,6	1.250	44,2	2.827	100
IV	10	0,3	2.024	57,9	1.464	41,9	3.498	100
Média Anual	4	0,2	1.485	56,1	1.157	43,7	2.646	100
1983								
I	16	0,4	2.603	59,5	1.754	40,1	4.373	100
II	20	0,4	3.480	61,6	2.152	38,1	5.652	100
III	25	0,3	4.566	63,5	2.603	36,2	7.194	100
IV	24	0,3	6.033	64,7	3.268	35,0	9.325	100
Média Anual	21	0,3	4.171	62,8	2.444	36,8	6.636	100
1984								
I	26	0,2	8.115	60,8	5.209	39,0	13.350	100
II	21	0,1	10.973	62,2	6.656	37,7	17.650	100
III	49	0,2	14.245	64,1	7.915	35,6	22.209	100
IV	101	0,3	19.892	64,9	10.663	34,8	30.656	100
Média Anual	49	0,2	13.306	63,5	7.611	36,3	20.966	100
1985								
I	188	0,4	28.281	66,2	14.250	33,4	42.719	100
II	184	0,3	39.687	67,4	19.054	32,3	58.925	100
III	354	0,4	54.168	68,5	24.544	31,0	79.066	100
IV	242	0,2	72.626	66,1	36.941	33,6	109.809	100
Média Anual	242	0,3	48.691	67,0	23.697	32,6	72.630	100
1986								
I	192	0,1	101.334	65,1	54.174	34,8	155.700	100
II	390	0,2	105.970	62,2	64.143	37,6	170.503	100
III	367	0,2	108.802	54,6	90.059	45,2	199.228	100
IV	202	0,1	116.175	57,4	77.538	38,3	202.273	100
Média Anual	288	0,2	108.070	59,4	71.479	39,3	181.926	100

Fonte: Banco Central do Brasil.

GRÁFICO 2

BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS
(Operações de Crédito + Cz\$ milhões)
Período Trimestral – 1981/1986

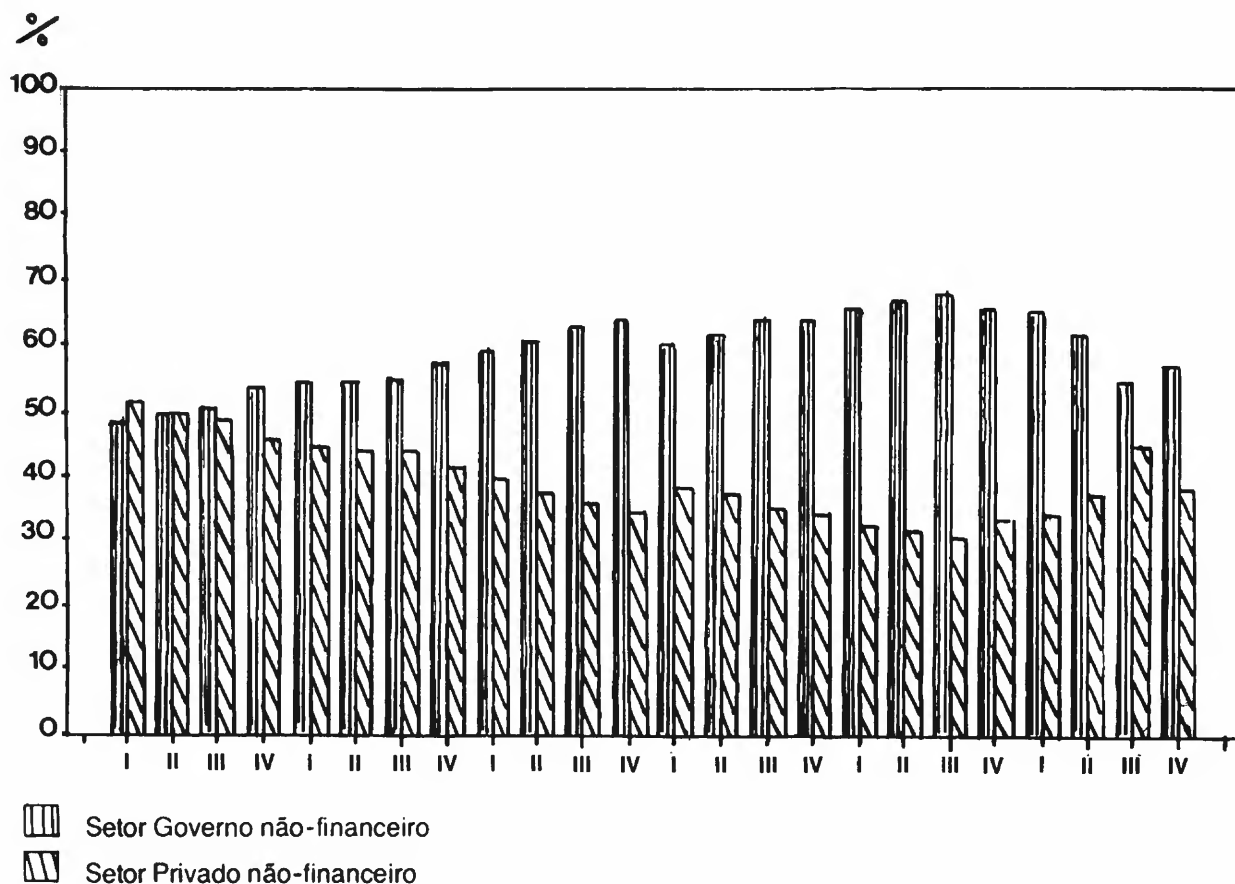


Pode-se levantar algumas hipóteses a respeito deste tipo de comportamento. O movimento simultâneo que se verifica, tanto por parte dos bancos comerciais privados, como oficiais, de deslocamento dos créditos em favor do setor público pode ser explicado pelas repercussões opostas que a recessão 1981/83 teve sobre o setor privado e o setor público. No setor privado o ajuste deu-se através da concentração da estrutura industrial em favor das empresas de alta liquidez com acesso ao mercado externo, que assim preservavam suas margens líquidas em um contexto de alta das taxas de juros internas, ao mesmo tempo em que garantiam uma taxa de ocupação da capacidade satisfatória em um quadro recessivo.

Já no caso do setor público, a recessão implicou um aprofundamento do desequilíbrio financeiro. Por um lado, tem-se o efeito clássico de redução da receita tributária frente a despesas, em sua maior parte rígidas. Além disto, à

GRÁFICO 3

BANCOS COMERCIAIS OFICIAIS
 (Operações de Crédito – Cz\$ milhões)
 Período Trimestral – 1981/1986



medida que o setor privado tornava-se superavitário, contribuindo para o bom desempenho do balanço comercial, o governo via-se na contingência de emitir títulos da dívida pública ou expandir a base monetária para adquirir os dólares gerados pelo superávit da balança comercial, o que agravava o desequilíbrio financeiro do setor público.

Dois outros fatores contribuíram para aprofundar este desequilíbrio, ambos relativos ao setor produtivo estatal. O primeiro foi a contenção das tarifas e dos preços dos bens e serviços produzidos pelas empresas estatais como medida de política antiinflacionária. O segundo foi uma difícil situação financeira, consequência da utilização dessas mesmas empresas como fonte de captação de recursos externos, durante os anos 70, mesmo quando a situação destas empresas não exigia aporte de recursos financeiros.

A crise financeira do Estado, em suas duas áreas de atuação econômica (atividades típicas do governo e empresas estatais), pode ser apreciada através das tabelas 8 e 9.

TABELA 8

**POUPANÇA EM CONTA CORRENTE DO GOVERNO E DO SETOR
PRIVADO COMO PROPORÇÃO DO PIB – 1981-1986 (%)**

	Poupança Governo/PIB (%)	Poupança Privada/PIB (%)
1981	1,10	20,05
1982	-0,38	20,40
1983	-1,35	16,06
1984	-2,80	18,27
1985	-7,95	24,63
1986	-6,81	25,34

Fonte: Contas Nacionais.

TABELA 9

GASTOS DAS EMPRESAS ESTATAIS

Discriminação	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
- Investimentos	100,0	107,5	102,1	71,7	65,8	68,9	78,7
- Disponibilidades Globais	100,0	98,3	94,9	92,6	92,2	101,0	106,4
- Encargos Financeiros	100,0	135,8	190,8	207,5	245,5	305,2	326,5
Disponibilidades Globais Exclusive Encargos Financeiros	100,0	96,5	90,4	87,1	84,9	91,3	96,0

Fonte: Braga & Lima (1987).

Na tabela 8 encontra-se retratado o comportamento da poupança em conta corrente do governo, assim como da poupança bruta do setor privado, como proporções do produto interno bruto. Evidencia-se então a drástica queda na capacidade financeira do governo.

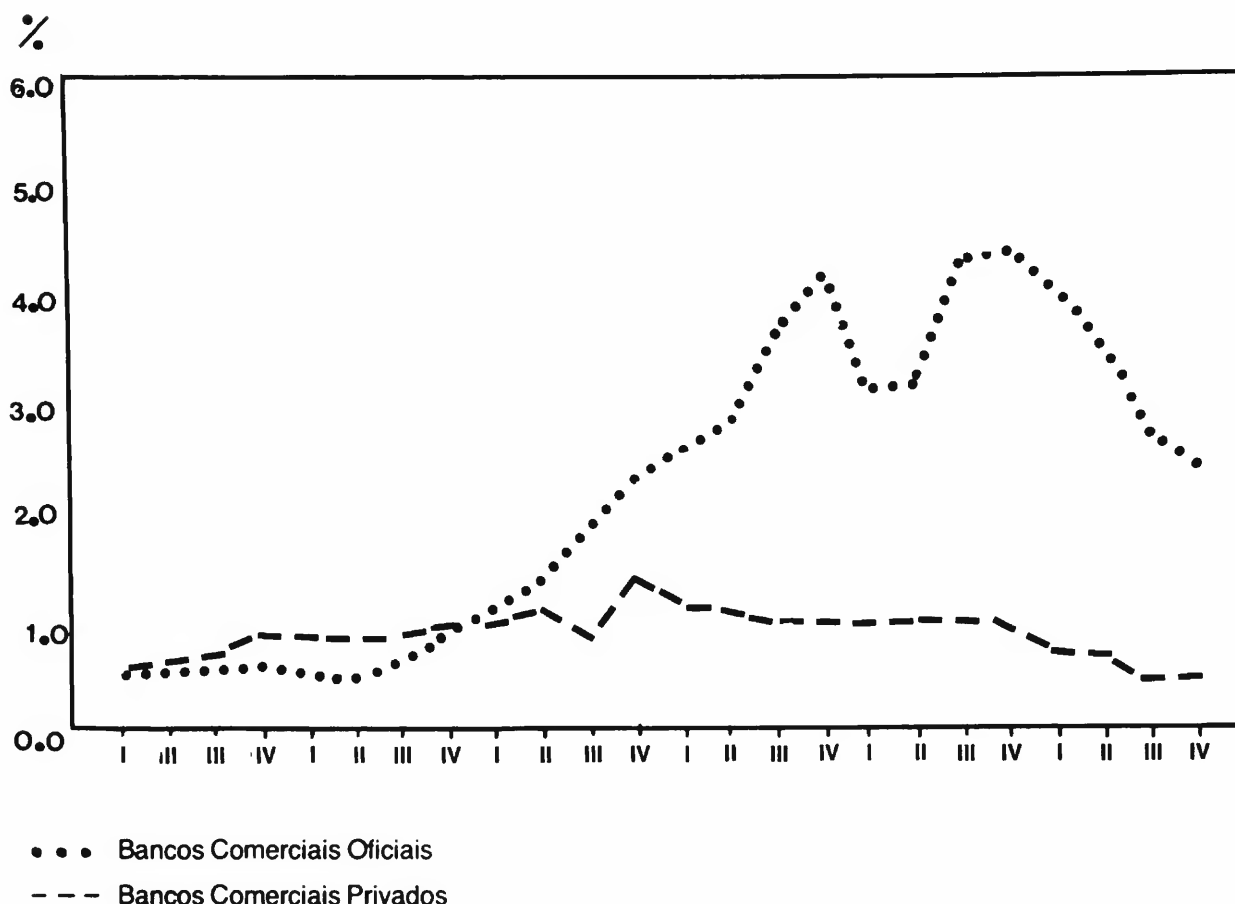
TABELA 10

PARTICIPAÇÃO DO CRÉDITO EM LIQUIDAÇÃO SOBRE O
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
(em %)

Período	Bancos Comerciais Privados	Bancos Comerciais Oficiais
1981 – 1º Trim.	0,5	0,5
2º Trim.	0,6	0,5
3º Trim.	0,7	0,6
4º Trim.	0,9	0,6
1982 – 1º Trim.	0,8	0,5
2º Trim.	0,8	0,5
3º Trim.	0,8	0,6
4º Trim.	1,0	0,9
1983 – 1º Trim.	0,9	1,1
2º Trim.	1,1	1,4
3º Trim.	0,8	1,9
4º Trim.	1,4	2,3
1984 – 1º Trim.	1,1	2,6
2º Trim.	1,1	2,8
3º Trim.	0,9	3,7
4º Trim.	1,0	4,2
1985 – 1º Trim.	0,9	3,1
2º Trim.	1,0	3,2
3º Trim.	1,0	4,3
4º Trim.	0,9	4,4
1986 – 1º Trim.	0,7	4,0
2º Trim.	0,7	3,5
3º Trim.	0,4	2,7
4º Trim.	0,5	2,4

Fonte: Banco Central do Brasil.

GRÁFICO 4

PARTICIPAÇÃO DOS CRÉDITOS EM LIQUIDAÇÃO
SOBRE O TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
1981/1986

Com efeito, apesar da poupança interna bruta do setor privado ter se reduzido como proporção do PIB, no ano de 1983 (de 20,4% em 1982 para 16,1% em 1983), volta a se recuperar em 1984 (18,3% do PIB), superando no biênio 1985-86 o valor registrado no início da crise, em 1981 (24,6% em 1985 e 25,3% em 1986, contra 20,1% do PIB em 1981).

Já a poupança em conta corrente das administrações públicas, à exceção de 1981, apresenta-se **negativa** para o restante do período (tabela 8).

A crise financeira do Setor Público também se manifestou no caso das empresas estatais, onde se destaca o crescimento significativo dos encargos financeiros, frente aos demais gastos das empresas estatais (tabela 10).

Em síntese, enquanto o setor privado tornava-se estruturalmente superavitário e credor líquido do sistema financeiro, o setor público tornava-se cronicamente deficitário e devedor líquido do sistema financeiro.

TABELA 11

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS – CZ\$ MILHÕES
(EM CARTEIRA)

Período	Títulos Federais	Títulos Estaduais e Municipais		Ações	CDB	LC	LI	Debêntures	Outros	Total							
		(%)	(%)								(%)	(%)	(%)	(%)			
1981																	
1º Trim.	82	67,2	7	5,7	0,0	19	15,6	10	8,2	0	0,0	4	3,3	122	100,0		
2º Trim.	150	72,5	15	7,2	0,0	28	13,5	9	4,3	0	0,0	5	2,4	207	100,0		
3º Trim.	195	69,4	17	6,0	0,0	45	16,0	14	5,0	0	0,0	10	3,6	281	100,0		
4º Trim.	227	65,0	21	6,0	0,6	56	16,0	23	6,6	0	0,0	20	5,7	349	100,0		
1982																	
1º Trim.	267	58,7	24	5,3	0,7	87	19,1	30	6,6	1	0,2	0	0,0	43	9,5	455	100,0
2º Trim.	461	61,3	41	5,5	0,0	135	18,0	39	5,2	0	0,0	0	0,0	76	10,1	752	100,0
3º Trim.	532	56,9	49	5,2	0,0	182	19,5	66	7,1	0	0,0	0	0,0	106	11,3	935	100,0
4º Trim.	734	60,0	72	5,9	0,0	219	17,9	63	5,1	0	0,0	0	0,0	136	11,1	1.224	100,0
1983																	
1º Trim.	769	55,4	117	8,4	0,0	279	20,1	63	4,5	0	0,0	0	0,0	160	11,5	1.388	100,0
2º Trim.	1.098	63,7	67	3,9	0,1	282	16,4	50	2,9	2	0,1	0	0,0	223	12,9	1.723	100,0
3º Trim.	1.083	60,6	50	2,8	0,1	313	17,5	31	1,7	2	0,1	0	0,0	307	17,2	1.787	100,0
4º Trim.	1.562	61,9	124	4,9	0,3	429	17,0	35	1,4	2	0,1	0	0,0	364	14,4	2.524	100,0
1984																	
1º Trim.	1.873	58,3	149	4,6	0,2	619	19,3	51	1,6	2	0,1	482	15,0	29	0,9	3.213	100,0
2º Trim.	2.012	54,8	174	4,7	0,1	707	19,3	135	3,7	4	0,1	598	16,3	34	0,9	3.669	100,0
3º Trim.	2.989	63,6	210	4,5	0,1	628	13,4	131	2,8	1	0,0	700	14,9	33	0,7	4.698	100,0
4º Trim.	4.082	66,2	373	6,0	0,2	616	10,0	112	1,8	6	0,1	931	15,1	37	0,6	6.170	100,0
1985																	
1º Trim.	5.105	60,5	259	3,1	0,2	1.440	17,1	315	3,7	2	0,0	1.232	14,6	63	0,7	8.434	100,0
2º Trim.	9.512	66,2	459	3,2	0,1	2.010	14,0	435	3,0	3	0,0	1.854	12,9	73	0,5	14.367	100,0
3º Trim.	13.583	70,4	599	3,1	0,3	2.415	12,5	388	2,0	2	0,0	2.173	11,3	79	0,4	19.298	100,0
4º Trim.	14.645	68,0	323	1,5	0,1	3.701	17,2	642	3,0	1	0,0	2.196	10,2	12	0,1	21.541	100,0

(Cont.)

TABELA 11

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS – CZ\$ MILHÕES
(EM CARTEIRA)

Período	Títulos		Ações	CDB	LC	LI	Debêntures	Outros	Total									
	Títulos Federais (%)	Estaduais e Municipais (%)																
1986																		
1º Trim.	28.192	71,1	320	0,8	7	0,0	6.739	17,0	1.347	3,4	141	0,4	2.522	6,4	375	0,9	39.643	100,0
2º Trim.	25.908	48,4	499	0,9	113	0,2	8.667	16,2	1.174	2,2	48	0,1	2.384	4,5	14.757	27,6	53.550	100,0
3º Trim.	11.283	24,0	465	1,0	319	0,7	9.573	20,4	912	1,9	151	0,3	2.262	4,8	21.992	46,8	46.957	100,0
4º Trim.	8.280	16,1	388	0,8	94	0,2	6.700	13,0	819	1,6	14	0,0	2.420	4,7	32.780	63,7	51.495	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

TABELA 12

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – BANCOS COMERCIAIS OFICIAIS – CZ\$ MILHÕES
(EM CARTEIRA)

Período	Títulos		Ações	CDB	LC	LI	Debêntures	Outros	Total
	Federais	Estaduais e Municipais							
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)
1981									
1º Trim.	17	7	0	2	1	0	0	0	27
	62,5	25,0	0,0	7,5	3,8	0,0	0,0	0,0	1,2
2º Trim.	37	20	0	2	1	0	0	1	61
	60,7	32,8	0,0	3,3	1,6	0,0	0,0	0,0	1,6
3º Trim.	30	19	0	1	0	0	0	1	51
	57,8	37,0	0,0	2,6	0,6	0,0	0,0	0,0	1,9
4º Trim.	60	51	0	1	0	0	0	1	113
	53,0	45,3	0,0	0,6	0,3	0,0	0,0	0,0	0,9
1982									
1º Trim.	80	60	0	0	1	0	0	1	142
	56,3	42,0	0,0	0,2	0,7	0,0	0,0	0,0	0,7
2º Trim.	110	56	0	1	1	0	0	4	172
	63,6	32,7	0,0	0,8	0,6	0,0	0,0	0,0	2,3
3º Trim.	109	79	0	4	1	0	0	3	196
	55,7	40,4	0,0	1,9	0,5	0,0	0,0	0,0	1,5
4º Trim.	106	89	0	7	0	0	0	5	207
	51,0	43,1	0,0	3,4	0,0	0,0	0,0	0,0	2,6
1983									
1º Trim.	108	41	0	13	0	0	0	11	173
	62,6	23,5	0,0	7,5	0,0	0,0	0,0	0,0	6,4
2º Trim.	114	71	0	10	1	0	0	20	215
	53,0	32,9	0,0	4,5	0,5	0,0	0,0	0,0	9,2
3º Trim.	103	100	0	32	1	0	0	36	272
	37,9	36,8	0,0	11,6	0,4	0,0	0,0	0,0	13,2
4º Trim.	133	83	0	36	0	0	0	47	300
	44,4	27,6	0,0	12,1	0,1	0,0	0,0	0,0	15,8
1984									
1º Trim.	282	53	0	43	1	0	70	4	453
	62,4	11,6	0,0	9,5	0,1	0,0	15,4	0,0	1,0
2º Trim.	408	55	0	42	1	0	92	6	604
	67,5	9,1	0,0	6,9	0,1	0,0	15,3	0,0	1,0
3º Trim.	506	48	0	15	2	0	124	5	701
	72,2	6,9	0,0	2,2	0,3	0,0	17,7	0,0	0,7
4º Trim.	662	88	0	18	3	0	170	7	948
	69,9	9,3	0,0	1,9	0,3	0,0	18,0	0,0	0,7
1985									
1º Trim.	1.464	105	0	67	12	1	224	19	1.893
	77,4	5,6	0,0	3,6	0,6	0,1	11,8	1,0	1,0
2º Trim.	1.941	382	2	96	2	0	341	53	2.817
	68,9	13,6	0,1	3,4	0,1	0,0	12,1	1,9	1,9
3º Trim.	3.713	483	6	848	64	132	416	477	6.139
	60,5	7,9	0,1	13,8	1,0	2,2	6,8	7,8	7,8
4º Trim.	5.645	1.028	13	1.481	66	250	485	784	9.753
	57,9	10,5	0,1	15,2	0,7	2,6	5,0	8,0	8,0

(Cont.)

TABELA 12

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – BANCOS COMERCIAIS OFICIAIS – CZ\$ MILHÕES
(EM CARTEIRA)

Período	Títulos										Total							
	Títulos Federais (%)	Títulos Estaduais e Municipais (%)	Ações (%)	CDB (%)	LC (%)	LI (%)	Debêntures (%)	Outros (%)	Total (%)									
1986																		
1º Trim.	10.157	70,2	1.298	9,0	62	0,4	1.398	9,7	9	0,1	158	1,1	958	6,6	431	3,0	14.472	100,0
2º Trim.	9.366	53,3	1.551	8,8	74	0,4	2.271	12,9	56	0,3	76	0,4	1.142	6,5	3.031	17,3	17.567	100,0
3º Trim.	2.724	20,6	1.263	9,6	166	1,3	1.234	9,3	55	0,4	73	0,6	1.132	8,6	6.555	49,7	13.202	100,0
4º Trim.	4.136	22,0	1.573	8,4	157	0,8	2.575	13,7	45	0,2	73	0,4	1.170	6,2	9.102	48,3	18.831	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil.

Em função do que foi analisado, é razoável supor que o aumento na participação dos créditos ao setor público tenha piorado a qualidade da carteira de créditos dos bancos comerciais. De fato, é isto que se verifica na tabela 10 e no gráfico 4.

No caso dos bancos privados, o aumento na participação dos créditos em liquidação no total das operações de crédito é significativo: passa de 0,5% no primeiro trimestre de 1981 para 1,4% no quarto trimestre de 1983, retornando então para 0,5% em outubro-novembro/1986.

Para os bancos oficiais o quadro é mais pronunciado, provavelmente em função da maior participação dos créditos concedidos ao setor governamental não financeiro: temos um aumento na participação dos créditos em liquidação sobre as operações de crédito de 0,5% no primeiro trimestre de 1981 (um percentual idêntico ao dos bancos privados), para 4,4% no quarto trimestre de 1985, retrocedendo então para 1,6% em fins de 1986. Embora o volume de créditos em liquidação esteja sujeito a alguma dose de arbitrariedade por parte dos bancos, é interessante observar com que nitidez se verifica a tendência de aumento dos créditos em liquidação como proporção do volume total das operações de crédito, com o aprofundamento da recessão e o crescimento da participação dos créditos ao setor público.

Para finalizar esta seção vamos tecer ainda algumas considerações sobre um outro item dos ativos bancários: a carteira de títulos. Para tanto veja-se as tabelas 11 e 12.

Comparando-se as tabelas 11 e 12 perceberemos que também neste aspecto os bancos comerciais oficiais contaram com um grau de liberdade a menos. Enquanto na composição do portfólio dos bancos privados a participação dos títulos públicos estaduais e municipais nunca atinge sequer 10% dos títulos e valores mobiliários, no caso dos bancos oficiais ocorre exatamente o contrário: a participação dos títulos municipais e estaduais oscila entre 45,3% do total de títulos e valores mobiliários no quarto trimestre de 1981 e 5,6% no primeiro trimestre de 1985. No biênio 1981/1982, quando a participação desses títulos foi mais pronunciada, a proporção média atingiu o expressivo valor de 37,3%, sendo que para todo o período (1981/1986) temos a média de 17,6%. Ou seja, enquanto os bancos privados tiveram liberdade para rearranjar seu portfólio de forma a maximizar sua rentabilidade, os bancos oficiais viam-se na contingência de absorver a emissão de títulos para financiar estados e municípios, reduzindo a flexibilidade de suas aplicações financeiras.

De uma maneira geral, porém, destaca-se, tanto para os bancos privados como oficiais, a expressiva participação dos títulos federais em sua carteira, participação esta que só veio a reduzir-se no segundo semestre de 1986. Este fato permite fazer algumas especulações sobre a proposta de moratória interna. Tal atitude, se efetivamente implementada pelo governo para reduzir o es-

TABELA 13

BANCOS COMERCIAIS OFICIAIS – BALANCETE CONSOLIDADO – PASSIVO – EM CZ\$ MILHÕES

Período	Depósitos				Total dos Depósitos	Obrigações junto às Autoridades Monetárias		Obrigações junto às Entidades Financeiras Oficiais		Obrigações por Arrecadações	Operações Cambiais	Total
	Depósitos à Vista	Depósitos a Prazo	Outros Depósitos	(%)		Monetárias	(%)	Oficiais	(%)			
1981												
1º Trim.	242	37	38	2,7	317	70	5,0	424	30,6	35	2,5	1.387
2º Trim.	287	43	44	2,6	374	82	4,9	535	31,7	42	2,5	1.690
3º Trim.	312	61	53	2,6	426	97	4,8	676	33,4	56	2,8	2.024
4º Trim.	445	76	66	2,6	587	111	4,3	835	32,5	58	2,3	2.571
1982												
1º Trim.	509	104	76	2,5	689	122	4,0	999	32,7	80	2,6	3.052
2º Trim.	559	146	94	2,3	799	137	3,3	1.230	29,6	98	2,4	4.155
3º Trim.	624	194	94	2,2	912	154	3,6	1.491	34,4	121	2,8	4.333
4º Trim.	740	241	121	2,3	1.102	185	3,5	1.901	36,1	122	2,3	5.268
1983												
1º Trim.	821	291	149	2,3	1.261	215	3,3	2.368	36,7	157	2,4	6.450
2º Trim.	926	370	187	2,3	1.483	276	3,4	3.067	38,0	184	2,3	8.066
3º Trim.	1.090	529	208	2,0	1.827	455	4,4	3.882	37,6	195	1,9	10.329
4º Trim.	1.377	751	225	1,7	2.353	595	4,4	4.996	36,8	226	1,7	13.567
1984												
1º Trim.	1.891	982	324	1,8	3.197	742	4,1	6.652	36,7	310	1,7	18.107
2º Trim.	2.431	1.400	514	2,1	4.345	892	3,7	8.970	37,0	417	1,7	24.263
3º Trim.	2.892	2.169	504	1,6	5.565	1.165	3,7	11.996	37,6	493	1,5	31.883
4º Trim.	4.047	3.108	605	1,3	7.760	3.311	7,3	16.333	35,9	718	1,6	45.509
1985												
1º Trim.	5.435	4.620	1.112	1,8	11.167	4.969	7,9	22.248	35,3	1.063	1,7	62.985
2º Trim.	7.285	7.087	1.731	2,1	16.103	4.166	4,9	30.787	36,5	1.328	1,6	84.375
3º Trim.	10.669	10.672	1.908	1,7	23.249	3.318	2,9	42.175	36,7	1.765	1,5	114.787
4º Trim.	16.895	16.154	2.779	1,7	35.828	4.279	2,6	56.958	35,2	1.851	1,1	161.601

(Cont.)

TABELA 13
BANCOS COMERCIAIS OFICIAIS – BALANCETE CONSOLIDADO – PASSIVO – EM CZ\$ MILHÕES

Período	Depósitos à Vista		Depósitos a Prazo		Outros Depósitos		Total dos Depósitos		Obrigações junto às Autoridades Monetárias		Obrigações junto às Entidades Financeiras Oficiais		Obrigações por Arrecadações		Operações Cambiais		Total	Total (%)
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)		
1º Trim. 1986	29.494	12,2	23.230	9,6	5.478	2,3	58.202	24,0	6.230	2,6	79.123	32,6	2.527	1,0	38.455	15,8	242.739	100,0
2º Trim.	52.683	17,9	23.106	7,9	7.462	2,5	82.251	28,3	6.702	2,3	80.356	27,3	2.928	1,0	37.575	12,8	294.063	100,0
3º Trim.	63.205	19,5	27.387	8,4	7.574	2,3	98.166	30,2	6.711	2,1	81.733	25,2	3.509	1,1	36.662	11,3	324.947	100,0
4º Trim.	71.744	19,2	37.954	10,2	9.301	2,5	118.999	31,9	7.056	1,9	87.374	23,4	3.665	1,0	37.373	10,0	373.466	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil e Fundação Getúlio Vargas.

TABELA 14
BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS – BALANCETE CONSOLIDADO – PASSIVO – EM CZ\$ MILHÕES

Período	Depósitos à Vista		Depósitos a Prazo		Outros Depósitos		Total dos Depósitos		Obrigações junto às Autoridades Monetárias		Obrigações junto às Entidades Financeiras Oficiais		Obrigações por Arrecadações		Operações Cambiais		Total		
	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	(%)	
1981																			
1º Trim.	590	20,22	169	5,79	81	2,78	840	28,79	102	3,50	73	2,50	145	4,97	918	31,46	2.918	100,0	
2º Trim.	687	19,20	210	5,87	93	2,60	990	27,67	139	3,88	90	2,52	177	4,95	1.192	33,31	3.578	100,0	
3º Trim.	762	17,76	254	5,92	113	2,63	1.129	26,31	201	4,68	109	2,54	226	5,27	1.497	34,89	4.291	100,0	
4º Trim.	1.008	18,66	311	5,76	136	2,52	1.455	26,93	244	4,52	125	2,31	236	4,37	1.888	34,94	5.403	100,0	
1982																			
1º Trim.	1.053	16,65	412	6,51	163	2,58	1.628	25,74	266	4,21	152	2,40	327	5,17	2.324	36,74	6.325	100,0	
2º Trim.	1.260	16,16	549	7,04	207	2,65	2.016	25,86	323	4,14	178	2,28	397	5,09	2.867	36,77	7.797	100,0	
3º Trim.	1.397	15,26	650	7,10	227	2,48	2.274	24,84	378	4,13	211	2,31	520	5,68	3.496	38,20	9.153	100,0	
4º Trim.	1.714	15,52	802	7,26	289	2,62	2.805	25,40	439	3,98	285	2,58	560	5,07	4.149	37,57	11.043	100,0	
1983																			
1º Trim.	1.871	13,11	1.013	7,10	333	2,33	3.217	22,54	523	3,66	373	2,61	757	5,30	6.188	43,35	14.275	100,0	
2º Trim.	2.131	11,52	1.388	7,50	409	2,21	3.928	21,24	609	3,29	437	2,36	905	4,89	8.690	46,98	18.497	100,0	
3º Trim.	2.551	10,74	1.827	7,69	457	1,92	4.835	20,36	682	2,87	474	2,00	957	4,03	11.968	50,39	23.751	100,0	
4º Trim.	3.301	10,22	2.699	8,36	605	1,87	6.605	20,46	793	2,46	594	1,84	925	2,86	16.768	51,93	32.290	100,0	
1984																			
1º Trim.	4.221	9,84	4.387	10,23	135	0,31	8.743	20,38	921	2,15	636	1,48	1.742	4,06	22.144	51,55	42.899	100,0	
2º Trim.	5.385	9,60	6.440	11,48	346	0,62	12.171	21,69	967	1,72	801	1,43	1.845	3,29	28.166	50,19	56.121	100,0	
3º Trim.	6.888	9,05	9.633	12,66	449	0,59	16.970	22,30	912	1,20	998	1,31	2.181	2,87	38.078	50,03	76.109	100,0	
4º Trim.	9.480	8,94	14.403	13,58	811	0,76	24.694	23,28	820	0,77	1.319	1,24	3.087	2,91	51.482	48,52	106.096	100,0	
1985																			
1º Trim.	11.828	8,09	21.709	14,86	919	0,63	34.456	23,58	1.338	0,92	1.833	1,25	5.473	3,75	68.580	46,93	146.136	100,0	
2º Trim.	16.840	8,48	31.082	15,64	1.451	0,73	49.373	24,85	2.083	1,05	2.343	1,18	6.139	3,09	89.370	44,98	198.681	100,0	
3º Trim.	24.663	9,54	43.423	16,80	1.921	0,74	70.007	27,08	2.567	0,99	3.133	1,21	7.278	2,82	105.500	40,81	258.492	100,0	
4º Trim.	38.510	11,64	55.875	16,89	2.923	0,88	97.308	29,42	1.346	0,41	3.895	1,18	6.876	2,08	124.038	37,50	330.771	100,0	

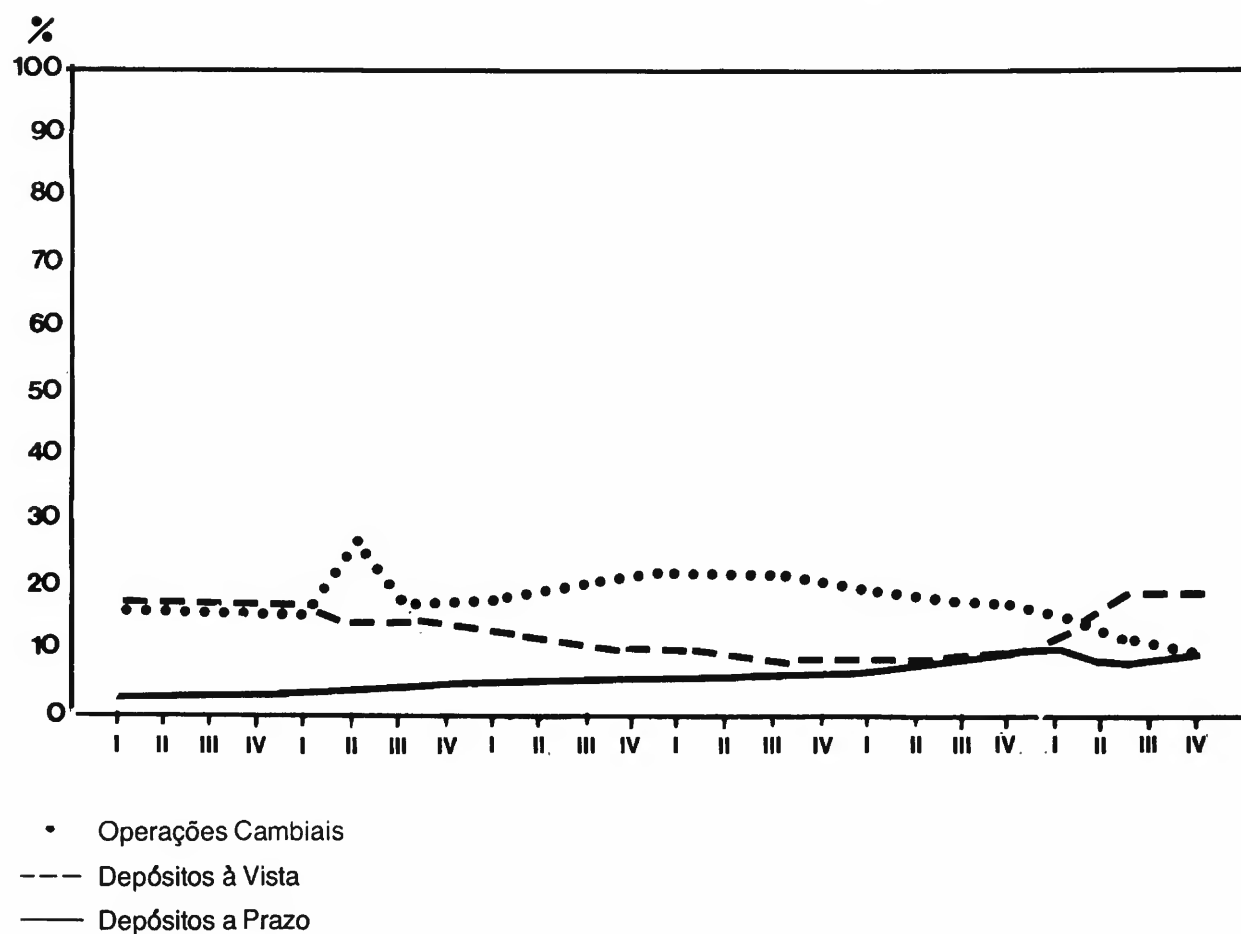
(Cont.)

TABELA 14
BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS – BALANCETE CONSOLIDADO – PASSIVO – EM CZ\$ MILHÕES

Período	Depósitos à Vista		Depósitos a Prazo		Outros Depósitos		Total dos Depósitos		Obrigações junto às Entidades Financeiras		Obrigações junto às Autoridades Monetárias		Obrigações por Arrecadações		Operações Cambiais		Total	
	(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)		(%)			
1986																		
1º Trim.	63.917	13,51	83.088	17,56	4.271	0,90	151.276	31,96	1.252	0,26	5.562	1,18	11.941	2,52	151.966	32,11	473.273	100,0
2º Trim.	134.905	21,62	87.359	14,00	3.791	0,61	226.055	36,22	662	0,11	6.296	1,01	9.293	1,49	155.760	24,96	624.121	100,0
3º Trim.	167.302	22,53	117.893	15,87	1.406	0,19	286.601	38,59	750	0,10	6.884	0,93	11.626	1,57	150.200	20,22	742.662	100,0
4º Trim.	198.602	21,31	180.068	19,32	2.333	0,24	380.903	40,87	1.091	0,12	7.739	0,83	13.860	1,49	147.476	15,82	931.972	100,0

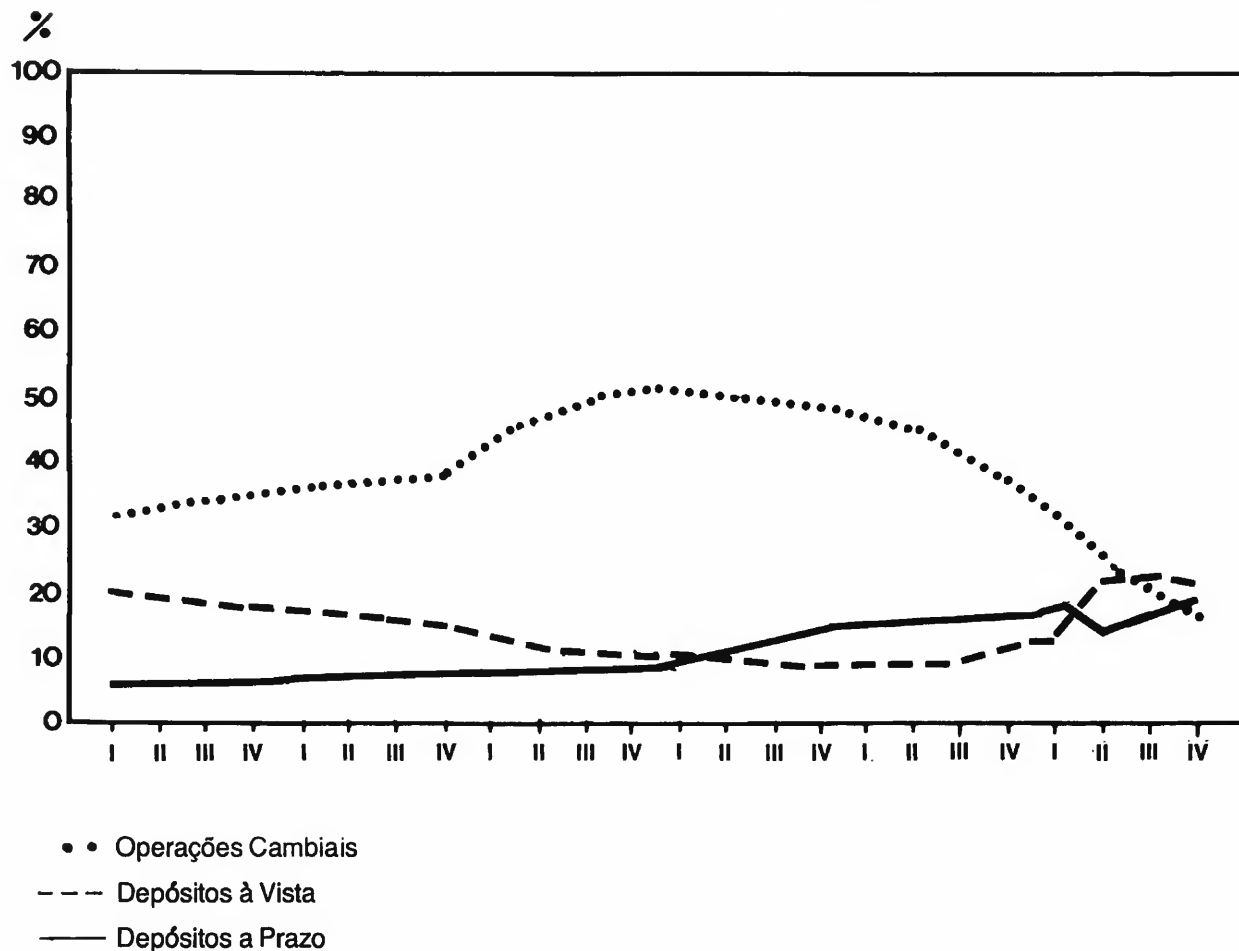
Fontes: Banco Central do Brasil e Fundação Getúlio Vargas.

GRÁFICO 5

BANCOS COMERCIAIS OFICIAIS – PASSIVO
(% POR TRIMESTRE) 1981/1986

toque da dívida pública, desvalorizaria uma parcela significativa dos ativos dos bancos privados, assim como dos bancos oficiais. Se a tendência dos últimos no sentido de dirigir seus créditos majoritariamente em favor do setor privado tiver sido apenas um desvio temporário, em função do aquecimento da economia em 1986, uma desvalorização dos títulos federais em poder dos bancos oficiais teria como consequência uma redução dos seus ativos líquidos e, portanto, em sua capacidade de atender a demanda de crédito do setor governamental não financeiro, cronicamente deficitária. Assim, a "moratória interna" comprometeria uma fonte significativa de crédito ao setor público.

GRÁFICO 6

BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS – PASSIVO
(% POR TRIMESTRE) 1981/1986

2. A Estrutura Passiva

As estruturas passivas dos bancos comerciais encontram-se nas tabelas 13 e 14, assim como nos gráficos 5 e 6. Analisaremos separadamente as estruturas passivas dos bancos comerciais oficiais e privados. Iniciaremos a análise pela estrutura passiva dos primeiros.

Nos bancos comerciais oficiais, excetuando-se os anos de 1981 e 1986 (início da recessão e auge da expansão, respectivamente), predominam como fontes de recursos as obrigações junto a entidades financeiras oficiais e as operações cambiais. As primeiras mantêm uma participação praticamente constante ao longo do período, oscilando sempre em torno da média de 35,1%. Apenas em 1986 a participação média se reduz para 27%, em função da monetização ocorrida naquele ano. No que toca às operações cambiais, verifica-

se uma tendência ascendente até o quarto trimestre de 1983, passando a declinar no resto do período.

Chama a atenção o decréscimo quase monotônico dos depósitos à vista desde o primeiro trimestre de 1981 até o segundo trimestre de 1985, quando se inicia um movimento de recuperação que se acelera significativamente a partir do segundo trimestre de 1986. O declínio no início do período se explica por dois motivos: em primeiro lugar pela **forte aceleração inflacionária**, que elevou substancialmente o custo de oportunidade da retenção de moeda. Em segundo lugar, o comportamento recessivo da economia, que reduziu a demanda de moeda para transações pelos agentes econômicos.

Já a recuperação dos depósitos à vista no total do passivo dos bancos comerciais oficiais tem duas causas distintas que acabaram por se sobrepor. Do terceiro trimestre de 1985 até o primeiro trimestre de 1986 tem-se a recuperação econômica fazendo crescer a demanda transacional por moeda.

É importante notar que a recuperação dos depósitos à vista, do terceiro trimestre de 1985 até o primeiro trimestre de 1986, ocorre **apesar da aceleração inflacionária** até então sem precedentes. Com efeito, a taxa média de inflação, medida pelo IGP-DI, passa de 10,7% a.m. no terceiro trimestre para 12,4% a.m. no último trimestre de 1985.

Tal fato parece sugerir que, apesar da taxa de inflação ser um elemento importante na determinação da demanda por depósitos à vista, exceto em casos extremos, o nível de atividade pode contrabalançar o efeito da desvalorização da moeda sobre a demanda de depósitos à vista.

Assim, embora o aumento no custo de oportunidade de se reter moeda, provocado pela aceleração inflacionária, seja um elemento significativo para explicar tanto a queda nos depósitos à vista no período 1981-1985, quanto sua recuperação durante o congelamento de preços de 1986, não deve excluir de consideração o nível de atividade na economia, sob risco de limitar a capacidade de interpretação dos dados.

A partir do primeiro trimestre de 1986, verifica-se, além da recuperação, o congelamento de preços e salários, que reduziu sensivelmente o custo de retenção da moeda.

Vejam agora a estrutura passiva dos bancos comerciais privados. As fontes de recursos principais dos bancos privados durante o período 1981/1986 foram os depósitos totais (à vista e a prazo) e as operações cambiais. A distribuição do passivo entre estas rubricas, contudo, variou significativamente ao longo do período. As operações cambiais prevaleceram como a principal fonte de recursos até o segundo trimestre de 1986, quando os depósitos totais assumiram a posição de principal fonte de recursos dos bancos comerciais privados. Além da monetização de 1986, uma outra reversão foi o declínio constante da participação das operações cambiais no passivo dos bancos privados já a

partir do quarto trimestre de 1983. Interessante notar que a trajetória da participação das operações cambiais no passivo dos bancos comerciais oficiais sofre uma inflexão semelhante, apenas mais atrasada: seu ponto de reversão localiza-se no terceiro trimestre de 1984, mais ou menos um ano após a inflexão da participação das operações cambiais no passivo dos bancos privados.

Dois fatos devem ter atuado conjuntamente como causa deste comportamento das operações cambiais. Um deles pode ter sido a participação dos créditos do setor bancário ao governo. Com efeito, a partir do agravamento da situação cambial, em fins da década de 70, o setor público foi deliberadamente utilizado como instrumento de captação de recursos externos, inclusive através de restrições ao financiamento com recursos internos. Assim sendo, ao financiar o setor público, os bancos se colocaram basicamente como intermediários entre o setor público e o sistema financeiro internacional.

O financiamento do setor público poderia então explicar a elevada participação das operações cambiais no passivo dos bancos comerciais de 1981 a 1983/1984. A partir daí, a trajetória declinante desta participação poderia estar relacionada com a expansão da atividade econômica. O crescimento da economia teria estimulado o setor privado a se endividar novamente no sistema bancário. Como o setor privado não sofria limitações quanto à origem dos recursos a sua disposição, conforme sofria o setor público, isto permitiu que os bancos captassem com maior grau de liberdade, grau este que foi tanto maior quanto menor foi o comprometimento dos bancos com o setor público. Esta maior flexibilidade levou os bancos a buscar recursos sob a forma de certificado de depósitos ao invés de operações cambiais. Desta forma o grau de envolvimento com o setor público explicaria simultaneamente o momento a partir do qual: a) reduz-se a parcela de operações de câmbio no passivo; b) cresce a participação dos certificados de depósito; e c) inicia-se a retomada das operações de crédito.

Não é de se estranhar, portanto, que para os bancos comerciais oficiais os três momentos sejam posteriores quando comparados aos bancos comerciais privados. De fato, nos bancos privados a participação das operações cambiais declinou a partir do quarto trimestre de 1983, os certificados de depósito aumentaram significativamente sua participação no primeiro trimestre de 1984 (atingem os 10%) e a retomada do crédito ocorreu também em torno do primeiro trimestre de 1984. Já nos bancos oficiais tudo é mais lento: as operações cambiais reduziram sua participação a partir do último trimestre de 1984, os depósitos a prazo só atingiram 10% do passivo no quarto trimestre de 1985 (para declinar em 1986) e as operações de crédito só retomaram a expansão no terceiro trimestre de 1984.

No caso da segunda principal fonte de recursos dos bancos comerciais privados, os depósitos totais, o que se verifica é uma mudança na distribuição

entre depósitos à vista e depósitos a prazo. Entre o primeiro trimestre de 1981 e o primeiro trimestre de 1984 prevaleceram os depósitos à vista. Tal fato se explica pelo caráter recessivo do período, o que reduzia a necessidade da emissão de certificados de depósito para atender ao setor privado (o setor público, como já vimos, era atendido por recursos externos). Entre o primeiro trimestre de 1984 e o primeiro trimestre de 1986 predominam os depósitos a prazo, já pela necessidade de atender à demanda crescente por crédito oriunda da retomada do crescimento. Finalmente, nos três trimestres seguintes de 1986, os depósitos à vista retomam a primazia entre o total de depósitos, em função do Plano Cruzado. Interessante notar que esse tipo de alternância entre os depósitos a prazo e os depósitos à vista, na primazia dos depósitos totais, não se verifica no caso dos bancos oficiais, cujo grosso dos recursos provém de entidades financeiras oficiais (33,7%, em média, do total do passivo no período 1981/1986; para os bancos privados este percentual nunca alcança os 3,0%).

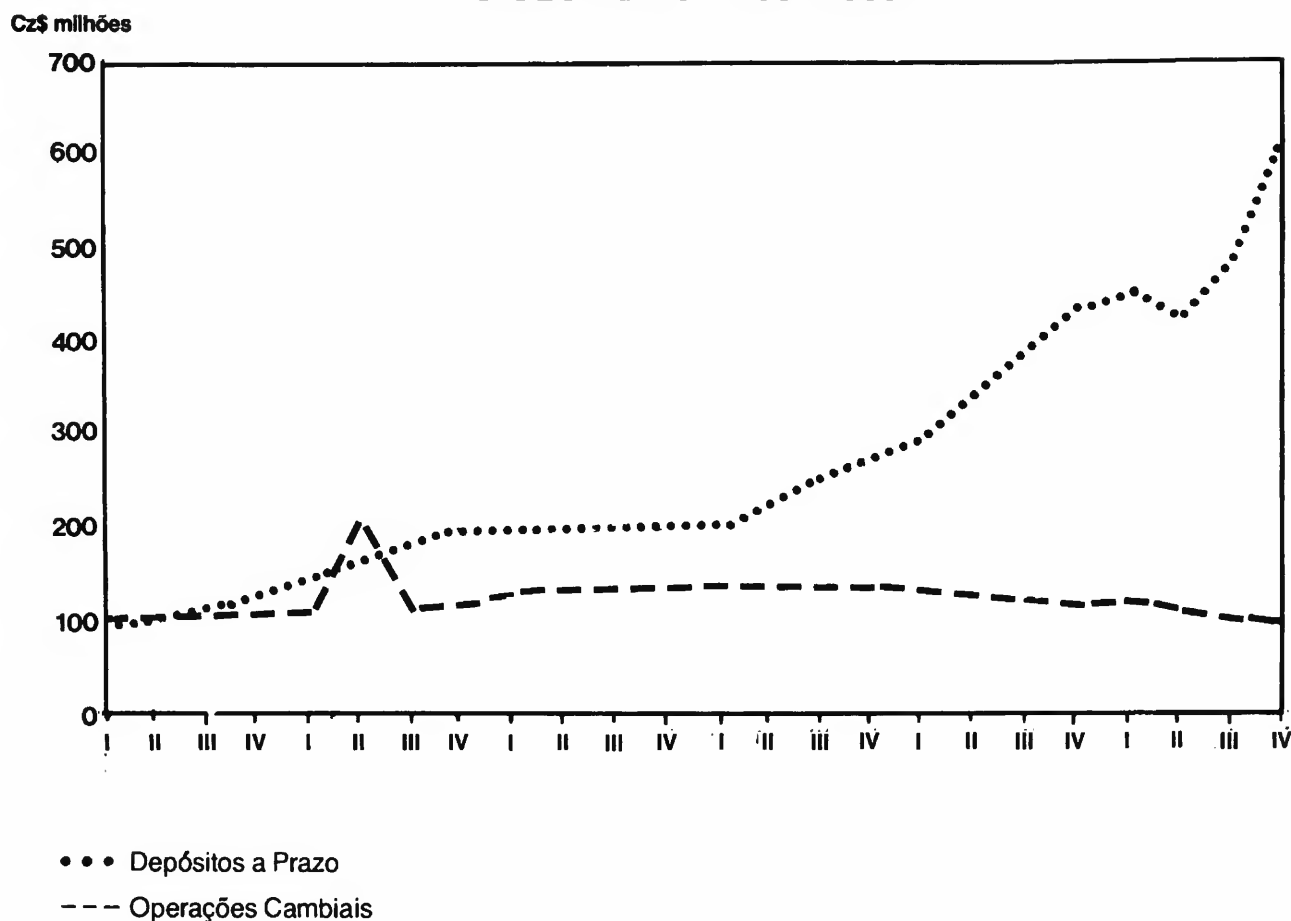
Por último, é importante enfatizar que embora as proporções dos recursos no passivo de bancos oficiais e privados possam diferir, seus comportamentos podem ser, em muitos casos, bastante semelhantes. Este é o caso dos depósitos a prazo e das operações cambiais, expressas em índices reais deflacionados pelo IGP-DI (FGV) com base no primeiro trimestre de 1981 (gráficos 7 e 8).

Nos gráficos 7 e 8 vê-se um comportamento semelhante dos depósitos a prazo e das operações cambiais, tanto para bancos oficiais como privados, não obstante as diferentes participações destas duas fontes de recursos em seus respectivos passivos. Com efeito, tanto em um caso como em outro verifica-se um crescimento insignificante ou uma estagnação do índice real de operações de câmbio, juntamente com um crescimento real significativo dos depósitos a prazo a partir de meados de 1984. Isto ocorre não obstante o maior peso dos depósitos a prazo (no caso dos bancos privados) e das operações cambiais.

3. O Desempenho dos Bancos Comerciais

Sem dúvida, esta é a parte menos satisfatória da análise. O desempenho dos bancos comerciais, avaliado pelo resultado contábil (receitas operacionais menos despesas operacionais) é determinado de forma geral por três ordens de fatores: 1) a combinação específica de ativos e passivos financeiros; 2) as remunerações e os custos de cada tipo de ativo e passivo, isto é, a estrutura de taxas de juros; e 3) a eficiência com que o banco gerencia esta combinação de ativos e passivos. Ora, um destes fatores, a estrutura de taxas de juros, é de

GRÁFICO 7

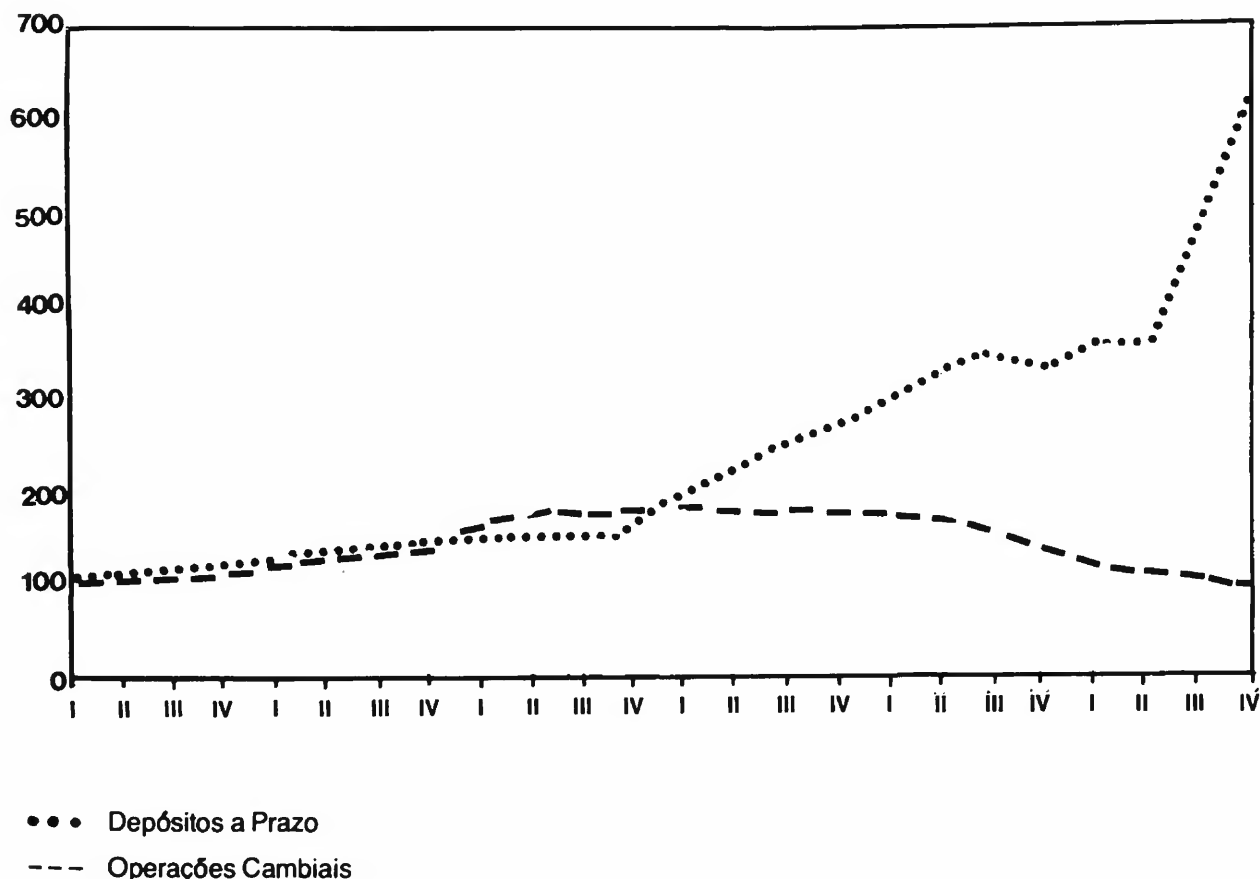
BANCOS COMERCIAIS OFICIAIS
ÍNDICES REAIS – 1981/1986

difficil avaliação: os dados simplesmente não existem ou, quando existem, são pouco confiáveis. Uma análise completa exigiria, entretanto, que juntamente com o exame das transformações na estrutura ativa e passiva dos bancos examinássemos as flutuações nos rendimentos e custos de cada um de seus itens.

Assim sendo, teremos que nos contentar com uma análise parcial, em que as variações na estrutura de juros terão que ser inferidas das variações nas estruturas ativas e passivas e no resultado contábil.

Vamos agora analisar o resultado operacional dos bancos comerciais, definido como a diferença entre receita e despesa operacionais. Para isolar a influência dos custos administrativos e de pessoal e investigar apenas os efeitos dos ativos e passivos financeiros, consideramos as despesas operacionais exclusive as despesa administrativas, de pessoal e de obrigações sociais. A esta nova definição de despesa chamaremos de "despesa operacional financeira"

GRÁFICO 8

BANCOS COMERCIAIS PRIVADOS
ÍNDICES REAIS – 1981/1986

que, deduzida da receita operacional, nos fornecerá o “resultado financeiro” dos bancos comerciais (tabela 15).

Na tabela 15 podemos observar que há uma oscilação acentuada nos resultados dos bancos privados quando comparados com os bancos oficiais, ao longo de todo o período. De fato, enquanto a taxa de variação real dos bancos oficiais oscila entre 15,7% em 1984 e -3,6% em 1986, a dos bancos privados oscila entre 28,3% em 1985 e -16,25% em 1986.

Já, para o período, as taxas médias de crescimento real dos resultados financeiros é mais alta para os bancos oficiais do que para os bancos privados: enquanto que para os primeiros registra-se um crescimento médio de 8,8%, para os bancos privados a taxa média de crescimento real foi de 4,1%.

Vemos então que os bancos oficiais apresentaram no período um resultado operacional, em média, maior e mais estável do que os bancos privados. Tal resultado não deixa de ser surpreendente à medida que, como vimos ante-

TABELA 15

RESULTADOS FINANCEIROS
(CR\$ 1000)

Período	Resultado Financeiro		Resultado Financeiro Bancos Oficiais		Resultado Financeiro Bancos Privados	
	Resultado Financeiro	Variação Percentual	Resultado Financeiro Bancos Oficiais	Variação Percentual	Resultado Financeiro Bancos Privados	Variação Percentual
1981	837.492	—	223.392	—	614.100	—
1982	957.280	14,3	247.938	11,0	709.342	15,5
1983	1.028.696	7,5	280.713	13,2	747.983	5,4
1984	1.021.981	-0,7	324.697	15,7	697.284	-6,8
1985	1.247.560	22,1	352.697	8,6	894.863	28,3
1986	1.089.451	-12,7	339.977	-3,6	749.474	-16,2

Nota: A preços constantes de 1981. Deflator IGP-DI.
Fontes: Banco Central do Brasil (COBAN) e Conjuntura Econômica.

TABELA 16

BANCOS COMERCIAIS OFICIAIS E PRIVADOS
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS/OPERAÇÕES DE CRÉDITO
(EM US\$ MILHÕES)

Período (Média)	Títulos Valores Mobiliários/Operações de Crédito	
	Oficiais (%)	Privados (%)
1981	4,89	13,21
1982	6,86	22,82
1983	3,70	21,90
1984	3,50	17,44
1985	6,86	17,07
1986	9,42	17,80

Fonte: Banco Central do Brasil.

riormente, os bancos oficiais apresentaram um maior grau de comprometimento de suas carteiras de empréstimo com o setor governamental não-financeiro, o que repercutia (em maior proporção dos créditos em liquidação) sobre o total de créditos, quando comparados com os bancos privados.

Tal paradoxo poderia ser explicado, inicialmente, pela consideração de uma peculiaridade do passivo dos bancos comerciais oficiais: a grande participação das obrigações junto às entidades financeiras oficiais (33,7% em média do passivo contra 1,8% do passivo dos bancos privados – ver tabela 13). Sendo estes recursos possivelmente mais baratos que os demais, sua maior participação no passivo dos bancos comerciais oficiais pode ter reduzido seu custo financeiro total.

Um outro fator que pode contribuir para explicar este resultado é retratado nas tabelas 16 e 17. Na primeira, vemos que o valor dos títulos e valores mobiliários como percentual das operações de crédito foi significativamente maior para os bancos comerciais privados do que para os bancos oficiais em todo o período 1981-1986.

Este fato sugere que os bancos privados adotaram uma estratégia defensiva baseada no aumento da liquidez de seus ativos, como forma de fazer face à instabilidade do período, estratégia que não teria sido acompanhada pelos bancos oficiais.

Esta estratégia, contudo, parece não ter sido bem sucedida na proteção contra as oscilações da rentabilidade. Com efeito, pode-se observar, a partir da tabela 17, que a variação real das rendas de títulos e valores mobiliários apresentou acentuada variação no período: enquanto se observa um crescimento de 142,43% em 1982 comparativamente a 1981, em 1983 verificou-se um crescimento substancialmente menor que 33,95% em relação a 1982, sendo que 1984 apresentou uma variação real negativa de -26,11% frente a 1983. Tais flutuações repercutiam na receita operacional dos bancos: os anos de 1983 e 1984 (juntamente com 1986) são aqueles de pior desempenho dos bancos comerciais privados.

Conclui-se, então, que embora uma estratégia com ênfase na liquidez dos ativos possa ser adequada do ponto de vista de minimização de riscos, não representa todavia uma proteção totalmente eficaz em conjunturas de elevada instabilidade, agravadas por movimentos especulativos, como demonstraram as sucessivas falências de bancos nos anos 1984/1985.

Conclusões

Este trabalho defrontou-se com algumas dificuldades, que limitaram seu alcance.

TABELA 17

VARIAÇÃO REAL E PARTICIPAÇÃO DAS RENDAS DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS NA RECEITA OPERACIONAL
DOS BANCOS PRIVADOS

Ano	Variação Real (%)	Participação na Receita Operacional Total (%)
1981	—	11,94
1982	142,43	23,76
1983	35,95	23,09
1984	-26,11	11,97
1985	38,68	14,15
1986	-55,02	12,48

Fonte: Banco Central do Brasil.

Em primeiro lugar, não obstante a realização de uma pesquisa bibliográfica, não foram encontradas outras publicações sobre o tema aqui tratado que partilhassem das mesmas preocupações ou que tratassem do mesmo período. Assim, este trabalho não pôde se utilizar dos conhecimentos produzidos por outros estudos na área.

Em segundo lugar, os bancos comerciais são, na verdade, apenas parte de conglomerados que exercem múltiplas atividades de intermediação financeira. Assim, uma análise **completa** exigiria considerar **todas** as atividades do conglomerado e não apenas os bancos comerciais. Contudo, tal análise encontra obstáculos nos dados, porquanto é praticamente impossível desenvolver uma análise, no nível de detalhamento do presente estudo, utilizando-se os balanços semestrais dos conglomerados.

Deve-se notar, também, que analisar apenas o segmento dos conglomerados financeiros representado pelos bancos comerciais **não** significa perda irrecuperável, uma vez que são os bancos comerciais o segmento mais importante dos conglomerados.

Em terceiro lugar, esta análise enfoca um período histórico do passado recente, situando-se no campo da história econômica. Esta caracterização inibe a extrapolação **direta** das tendências aqui observadas para recomendações

de política econômica, que em geral exigem que se considere a realidade imediata da economia. Não obstante, algumas recomendações de caráter geral podem ser feitas.

Como tivemos oportunidade de ver, as dificuldades enfrentadas pelos bancos comerciais no período tiveram duas causas principais: a redução da proporção dos depósitos à vista no passivo e o aumento da participação dos créditos ao setor público no total de créditos. Dessa forma, uma política econômica que reduza as taxas de inflação e promova o crescimento terá um impacto positivo sobre o sistema financeiro, de várias formas: a) ao reduzir o custo de oportunidade da retenção de saldos monetários e incrementar a demanda transacional por moeda, tende a aumentar a proporção dos depósitos à vista no total de depósitos, o qual se constitui no recurso mais barato à disposição dos bancos; e b) através do crescimento econômico com estabilidade de preços ajuda a recompor a receita tributária do setor público, reduzindo as proporções da crise financeira em que se encontra envolvido.

Entretanto, embora uma política antiinflacionária beneficie o setor financeiro, se esta política for conduzida em termos estritamente ortodoxos, na forma de redução na expansão da oferta monetária, seus efeitos tornam-se incertos. Isto porque este gênero de política, ao elevar a taxa de juros, reduz a demanda por depósitos à vista, o que debilita a situação patrimonial dos bancos.

Por outro lado, uma política de estabilização econômica deve contemplar, da mesma forma, a recuperação da capacidade financeira do Setor Público. Sendo este um devedor importante do sistema bancário, não só pelos créditos concedidos, como também através dos títulos da dívida pública, a solução de sua crise financeira contribuiria para reformar a solidez do sistema financeiro.

Em síntese, podemos afirmar que o período que vai de 1981 a 1986 foi difícil para os bancos comerciais, tanto privados como oficiais. Ambos sofreram as conseqüências de um período recessivo, tal como um redirecionamento de crédito do setor privado para o setor público, bem como enfrentaram a redução nos depósitos à vista com uma captação de depósitos a prazo mais ativa.

É no desempenho que os dois grupos se distinguem: os bancos privados optaram por maior liquidez de seus ativos, ainda que sacrificando sua rentabilidade. Tal opção não foi seguida pelos bancos oficiais, que lograram obter maior rentabilidade média no período. Provavelmente em função disso, vários bancos oficiais estaduais acabaram por sofrer graves problemas de liquidez em fins de 1986.

Referências Bibliográficas

- BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Boletim mensal*, 1981-1987.
———. *Consolidação de balancetes – Bancos comerciais*, 1981-1986.
- BRAGA, José Carlos & LIMA, Maria Lúcia Pádua. Empresas estatais, déficit público e reordenamento financeiro. In: LOZARDO, E. (org.). *Deficit público brasileiro: política econômica e ajuste estrutural*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- BRITO, Nei O. & FRANCO, Ricardo Fernandes. A evolução recente da estrutura e administração financeira de bancos comerciais brasileiros. *Revista Brasileira de Mercado de Capitais*, 7(20):155-174, maio/ago. 1981.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Conjuntura Econômica*, 1981-1986.
- IBGE. *Contas nacionais* (nova série), 1988 (mimeo).
- WERNECK, Rogério Furquim. Poupança estatal, dívida externa e crise financeira do setor público. In: LOZARDO, E. (org.). *Deficit público brasileiro: política econômica e ajuste estrutural*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

(Originais recebidos em junho de 1988. Revisitos pelos autor em janeiro de 1989).